

CONFLITOS E TERRITORIALIDADES ÉTNICAS NO ESPAÇO URBANO DE KOUROU- GUIANA FRANCESAⁱ

Conflicts and ethnic territoriality in the urban area of Kourou-French Guiana

Charles Benedito Gemaque Souzaⁱⁱ
Universidade Federal do Pará

Resumo

A configuração do centro espacial de Kourou, uma cidade da Guiana Francesa na Pan-Amazônia continental, é marcada pela coexistência de diferenças étnicas, criando uma convivência controversa e, às vezes, litigiosa. Nesse contexto, as espacialidades dos grupos étnicos de Kourou são apropriadas pelas representações e simbologias enraizadas na memória coletiva que fornece um elemento concreto-referencial de apreensão do sentimento identitário: o território.

Palavras-chave: Kourou, territórios, etnias, Pan-Amazônia.

Abstract

The configuration of the spatial center of Kourou, a town in French Guiana, in the Pan-Amazonian region, is marked by co-existence between ethnic differences, often leading to a strained, and sometimes disputed, existence. In this context, the spatial occupation of ethnic groups in Kourou is defined by representations and symbology rooted in the collective memory that supplies a concrete and referential element of apprehension regarding the the establishment of an identity: territory.

Keywords: Kourou, territories, ethnicities, Pan-Amazonian region.

INTRODUÇÃO

Kourou tornou-se um centro de convergência de força de trabalho da Pan-Amazônia continental com o advento, em 1976, do Centro Espacial Guianês (CSG). Não obstante, as formas e os conteúdos modernos e planejados, de acordo com os modelos das cidades-empresas, destacam-se às permanências de grupos autóctones, aproximando-os das temporalidades amazônicas e das manifestações trazidas pelos imigrantes.

A organização do espaço urbano é marcada pelo entrecruzamento de etnias, estabelecendo fronteiras dinâmicas por meio de enfrentamentos e das interações no cotidiano. Desse modo, as identidades são delineadas no espaço intra-urbano; tanto que determinados grupos sócio-étnicos ocupam *villages* exclusivos (excluídos), criando uma convivência controversa e, muitas vezes, litigiosa.

Ressalta-se que o universalismo francês

ainda reproduz o antigo sistema de dominação política, cultural e econômica por meio do controle das relações internas e externas da Guiana Francesa; tendo como alicerce um processo de aculturação “pós-colonial” distanciado da realidade imediata. Em consequência, a integração dentro da sociedade local passa necessariamente pela assimilação de normas e valores ditos “universais” historicamente definidas pelo Estado francês.

Uma das consequências desse processo foi a difusão de estigmas e de todo tipo de discriminações que dificultam qualquer estratégia de coexistência social. Em virtude disso, as diversas formas de distúrbios identitários começam a fazer parte das práticas sócio-espaciais de Kourou, cujos grupos manifestam ressentimentos mútuos e uma disposição de resistir por meio de sua organização sócio-espacial, língua e traços culturais.

Contudo, esse sentimento também é

ambíguo diante de elementos que se alternam e se sobrepõem por um campo de força simbólica. As diferenças são cada vez mais invadidas por uma representação abstrata ligada à modernidade, à racionalidade voltada para o capital e à mobilidade sócio-econômica que podem levar a uma nova estratificação. Assim, a sobreposição das individualidades dentro dos grupos étnicos pode intensificar o processo de assimilação das regras e normas universalistas.

Nesse contexto, a territorialidade não se resume aos aspectos afetivos e simbólicos pré-existentes e, sim, a um processo em constituição através da (re)produção sócio-espacial contido e expresso por meio das diferenças em relação aos outros. Em Kourou, o universalismo, a hierarquização social e a etnicidade se concretizam na repartição geográfica dos espaços – uma divisão que repete por toda a Guiana Francesa.

Para materializar este trabalho tornou-se imprescindível optar por um método de interpretação e técnicas de pesquisa que expressassem a complexidade da espacialidade étnica da cidade de Kourou. Para tanto, a abordagem proposta partiu da observação etnológica das posições, das redes e dos itinerários urbanos realizados pelos diferentes grupos étnicos. Além disso, houve um acompanhamento de documentos, páginas virtuais, programas de radiodifusão voltados para algumas das etnias presentes em Kourou.

Seguindo essa linha interpretativa, o trabalho de campo pretendeu trabalhar com três abordagens diferentes: a genealógica, buscando as origens e os itinerários dos grupos étnicos; a empírica, por meio de entrevistas semi-estruturadas, elegendo alguns aspectos

fundamentais para o trabalho em si, porém, de uma maneira que permitiu ao entrevistado emitir sua opinião livremente; e a bibliográfica, por meio de uma análise de conteúdo de artigos científicos sobre o objeto de estudo e de documentos oficiais.

A sistematização desses dados qualitativos necessariamente teve critérios flexíveis, de acordo com os objetivos previamente delimitados para o artigo; o que não significou a subjetivação do estudo. Por outro lado, é preciso assinalar as dificuldades que ocorreram durante o período de investigação: o domínio das línguas; os mecanismos de aproximação; a conformação de uma rede de colaboradores e informantes; os arranjos logísticos; e o tempo disponível. Por fim, não é possível não comentar as inúmeras dificuldades impostas para transposição da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Concretamente, esse foi o maior obstáculo para a finalização dessa pesquisa.

KOUROU, A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO URBANO HIERARQUIZADO

Nos anos de 1960, Kourou era uma pequena vila de 650 (seiscentos e cinquenta) habitantes que sobrevivia da agricultura, da pesca e da criação de animais. Com o estabelecimento do Centro Espacial Guianês (CSG) e do Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES), outro modelo de cidade é concebido nos arredores do *vieux bourg* (Kourou velho), criando-se um espaço urbano dividido.

A organização espacial de Kourou assemelhava-se aos outros pequenos povoamentos da Guiana Francesa, a vila era historicamente agrícola, cuja grande parte da

população tomava áreas circunvizinhas. Com isso a extensão da área ocupada pelos antigos moradores, basicamente crioulos e algumas etnias de ameríndios, chegava às proximidades da vila de Sinnamary.

No entanto, com o fim da guerra da Argélia (1954-1962), a França precisava deslocar sua antiga base civil e militar de sua ex-possessão africana e, principalmente, encetar suas atividades espaciais. Por volta de 1964, o presidente Charles de Gaulle decide que a Guiana Francesa, por sua posição geográfica privilegiada (próximo do equador) e por ter uma densidade populacional reduzida, seria o local ideal para a concretização do projeto espacial europeu.

Todavia, as circunstâncias e as condições de deslocamentos para Jolivet (1982, p.453) teve um caráter etnocêntrico de progresso, dado o desprezo com a organização social já estabelecida pela sociedade local. Com isso, o processo sistemático de desapropriação de terras foi orientado por critérios externos e “modernos” distantes dos valores intrínsecos de uso e de apropriação das famílias já estabelecidas; em resumo, houve um estranhamento, um deslocamento do modo de vida sem apresentar uma contrapartida material e subjetiva.

As reações da sociedade guianesa variavam entre o ceticismo, revolta e a esperança. Os mais nacionalistas preocupavam-se com as implicações demográficas, culturais e políticas de um empreendimento de tamanha magnitude. No entanto, a perspectiva de desenvolvimento da região, diante de um projeto que finalmente vendia a ideia de eficácia e continuidade, foi diminuindo às contestações internas. Kourou tornar-se-ia um canteiro de obras permanente,

e a Guiana Francesa ganharia um impulso decisivo para o crescimento de sua economia.

Outro discurso alimentava um antigo “problema” da região: a carência de “mão-de-obra” para levantar a base física e a infraestrutura urbana. Criou-se, então, a ideia de povoar a Guiana Francesa com atores sociais “capazes” de permitir o estabelecimento da empresa aeroespacial, tornando o imigrante parte de uma ideologia voltada para o desenvolvimento da região. Tal estado de espírito facilitou, naquele momento, a absorção do processo de imigração dentro da sociedade local.

Nesse aspecto, Calmont (2007) explana que o início da construção do Centro Espacial Guianês de Kourou foi o estopim para a segunda grande fase de imigração espontânea para a Guiana Francesa¹. As autoridades francesas incentivaram esse fluxo de mão-de-obra estrangeira, por intermédio de chamada em jornais, principalmente em países como a Colômbia e o Brasil.

Em 1966, chegaram os primeiros imigrantes, os colombianos, que assinavam um termo de compromisso com a Secretaria Nacional de Imigração (ONI) de voltar ao seu país após os fins do trabalho. Em pouco tempo, estes foram sendo substituídos pelos brasileiros, seguidos dos caribenhos (Antilhas francesas e inglesas) e surinamienses. Jolivet (1986) afirma que o percentual de estrangeiros que trabalhava diretamente na construção da base física de Kourou suplantava os europeus e os crioulos na época.

A implantação da base física do CSG demandou uma expansão de terra considerável. Como grande parte já pertencia ao Estado², houve uma legitimação pública que autorizou a cessão da superfície necessária ao

desenvolvimento da cidade. Em suma, os expropriados (crioulos e ameríndios) tiveram os seus direitos cerceados por um regime jurídico singular e sustentados por um discurso de modernidade.

Calcula-se que houve um remanejamento de 70 (setenta) famílias de agricultores crioulos, alocados em uma estrutura habitacional totalmente estranha, se comparada ao modo de vida anterior. Para Jolivet (1990), não existiu mais a possibilidade de cultivar e criar animais devido à falta de espaço, algo que eles mesmos foram subitamente privados. Efetivamente, essa mudança compulsória do cotidiano acabou trazendo um desequilíbrio no sistema de produtividade, criando dificuldades financeiras e emocionais, o que levou a muitos desses agricultores a mudar de setor de atividade.

Todavia, a adesão à “modernidade” era ainda consenso entre as elites, políticos e moradores de Kourou, cujo alcance dessa ideologia estava atrelado à artificialidade desse crescimento. O dinamismo econômico e a mudança positiva da cidade eram efêmeros, seletivo e primados pela razão estética e pela força das imagens. Com o fim das obras, houve uma “normalização” das atividades do CSG e uma desconstrução da ideia de progresso para todos.

Observa-se que, a partir dessa realidade, houve um processo gradativo de institucionalização de movimentos de resistências à Kourou “moderna”. Esse fenômeno assumiu formas diversas: políticas, culturais, étnicas e territoriais. Jolivet (1990) acrescenta que a imposição dessa modernidade excludente assume uma conotação de retorno à escravidão, reforçado

pela figura do europeu branco. Por sua vez, as funções, as ações e os conteúdos do espaço urbano são direcionados para a hierarquização e controle dos outros grupos sócio-étnicos, visando apenas o interesse da empresa e do Estado francês.

Desse modo, o domínio territorial do CSG tornou a “nova” Kourou: uma extensão da esfera de produção, isto é, a ideia era coagir as diferenças a partir da hierarquização do espaço. Sob esse aspecto, o domínio do indivíduo e dos grupos é sentido nos equipamentos urbanos, na segmentação das habitações, nas referências e nos discursos de tudo que se refere à modernidade, buscando criar elementos de coerção coletiva de qualquer desvio de comportamento.

A violência desse processo de opressão na cidade-empresa de Kourou passou a ser caracterizada pelas contradições vistas na formação social do departamento (JOLIVET, 1982, p.475). A posição central dos metropolitanos e dos legionários³ é simbolizada na configuração do espaço urbano, enquanto os antigos moradores foram marginalizados e inferiorizados em áreas periféricas. Logo, as insurreições sócio-espaciais assumiram a condição de resposta à imposição de um “urbanismo pós-colonial”.

Em consequência, Kourou apresenta hoje descontinuidades concretas e referenciais, cuja parte “metropolitana” (*Roches, Diamant e Eldo*) é articulada por meio de um arquétipo das cidades médias europeias⁴, enquanto o *Vieux Bourg* mantém as características da organização tipicamente crioulo-guianense. Entre o “tradicional” e o moderno é possível encontrar *villages* de bushinenges, ameríndios e menos, concretamente, de brasileiros; criando, assim, territórios étnicos que não se

resumem apenas à mudança de comunidade, mas à sobreposição de espaços das diferenças.

Projetado inicialmente para ficar afastada do resto da cidade, a área que compreende o *quartier des Roches* é basicamente residencial, criada para abrigar os diretores metropolitanos envolvidos com o CSG. Trata-se do local mais valorizado e luxuoso de Kourou. O *Diamant* abriga o centro comercial da cidade, embora também acolha vários prédios residenciais onde moram os técnicos da base de lançamento, parte dos administradores públicos (franceses) e os comerciantes. Já a *cité Eldo* foi reservada para os legionários encarregados da proteção do empreendimento.

O *vieux bourg*, por sua vez, funciona como um centro secundário de comércio, de serviços e de lazer da cidade; abriga as edificações históricas da cidade resquícios do período anterior ao advento do CSG, simbolizadas pelas *maisons créoles*, contrastando com a nova Kourou. A grande maioria dos moradores é de origem crioula, remanescentes da população originária da vila, com hábitos e costumes que se assemelham aos crioulos localizados em outras cidades da Guiana Francesa.

O *village saramaka*⁵ surgiu nos anos 80 do século passado na zona insalubre, entre o núcleo antigo e o *quartier des Roches*, povoado essencialmente pelos bushinenges. Sua configuração espacial era marcada pelas construções em madeira e a precariedade da infra-estrutura urbana. Recentemente, dentro de um projeto de revitalização da cidade, a área passa por um processo de padronização residencial, seguindo a lógica implementada na maior parte de Kourou.

Já a área destinada aos ameríndios⁶

(Galibis) foi produto do deslocamento do terreno ocupado pelo CSG; estes foram alocados na periferia norte da cidade, às proximidades do mar. Foram construídas habitações uniformes, criando verdadeiras extensões físicas dos bairros periféricos da zona sul (*Vieux Bourg*, *Cité Stade*). Todavia, as representações no/do espaço que delimitam o território dos ameríndios são bem significativas e reconhecidas pelos outros grupos, evidenciadas na quase exclusividade do acesso às moradias e às áreas de lazer (praia).

Com o crescimento urbano devido à imigração, novos bairros foram surgindo; algumas áreas mantiveram a repartição étnica (brasileiro e haitiano); em outras, observa-se certa coexistência de grupos (*Oulapa*, *Monnerville*). Trata-se de bairros projetados mais recentemente pelo Estado, dentro do projeto de coesão social. Entretanto, a distribuição coercitiva e a padronização das habitações restringem, ao mesmo tempo, a história e a espontaneidade dos moradores dificultando a apropriação do espaço⁷.

Enfim, o espaço concebido em Kourou contribui para criar uma cidade repartida pelos espaços semiprivados e interditados a determinados grupos em determinadas horas (LÉZY, 2000, p.108). O *vieux bourg* é formalmente considerada uma área proibida para os legionários devido às constantes brigas com os crioulos. Em contrapartida, discotecas e bares das vizinhanças do regimento da legião estrangeira são “reservados”; por isso, são evitados pela sociedade civil em geral⁸.

Os metropolitanos, por sua vez, não entram nos territórios controlados pelos *saramakas* e ameríndios sem terem uma boa referência. Essa norma é válida também para

os crioulos, principalmente em relação ao bairro dos Galibis, devido a um sentimento forte de hostilidade mútua. Com isso, o espaço urbano de Kourou reproduz de forma incisiva uma tendência que se observa em toda a Guiana Francesa, a de conflitos étnicos devido a um processo histórico marcado pela hierarquização, controle e estigmatização social das diferenças.

Dentro da organização socioespacial de Kourou, os metropolitanos concentram-se nas áreas centrais, e suas relações costumam ser restritas e paliativas. A sua presença na cidade se justifica pela ascensão social e financeira, permanecendo apenas o período necessário (AROUCK, 2002, p.144). Dessa forma, este grupo não cria vínculos afetivos com a cidade, mantendo-se também à margem das atividades políticas locais. Já os imigrantes começaram a constituir famílias.

A segunda geração passa a conviver diretamente com os encontros e desencontros étnicos da sociedade local, contudo, sem a mesma referência reticular dos primeiros estrangeiros. Pode-se afirmar que, apesar da força que representa as diferenças étnicas dentro do espaço urbano de Kourou, é preciso evidenciar suas vulnerabilidades.

Portanto, o espaço urbano de Kourou apresenta-se como uma mistura complexa e descontínua entre territórios étnicos e o movimento de construção de espaços comuns sustentados através de uma política de assimilação. A consequência desse processo foi a difusão de todo o tipo de estigmatizações étnicas que repercutem nas territorialidades e na construção de fronteiras simbólicas e concretas.

AS TERRITORIALIDADES ÉTNICAS E SUAS FRONTEIRAS

O território tornou-se uma dimensão do espaço identificado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras definidas. Para Sack (1986), a construção de uma territorialidade enfatiza o poder exercido por pessoas ou grupos na organização do espaço no âmbito político, econômico e cultural.

A legitimação de poder territorial só é obtida ou mantida quando os seus aspectos simbólicos e concretos estiverem permanentemente difundidos na vida social, nos valores culturais dos indivíduos que se propõem à obediência através do poder simbólico (BOURDIEU, 1995). Nas cidades, é possível a coexistência de múltiplos territórios temporários e permanentes, nos quais é estabelecida de maneira simultânea e sobreposta uma trama social complexa e conflituosa.

Entretanto, existe outro “tipo de dimensão territorial que se expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala de referência comunitária” (HAESBAERT, 2005, p.38). “Identidades territoriais” – assim denominados – são os principais movimentos de insurgência à padronização espacial, não restando alternativa ao indivíduo senão resistir com base na fonte mais imediata de auto-identificação e de organização autônoma: o seu próprio território.

Logo, o enclausuramento de determinados grupos étnicos de Kourou em seus confins simbólicos e concretos é produto de um urbanismo pós-colonial que visava à hierarquização, à universalização e ao controle das diferenças. Todavia, o espaço urbano

apresenta uma dinâmica territorial complexa, e a construção de “territórios múltiplos” exhibe a possibilidade de se evidenciar uma “multiterritorialidade”. Haesbaert (2005) explica que a ideia de territórios múltiplos indica a coexistência, lado a lado, de diferentes lógicas de territorialização; enquanto que a noção de “multiterritorialidade” aponta para a sobreposição das relações de poder dentro da mesma escala ou em escalas distintas.

Nesse contexto, os exercícios de poder⁹ e as formas de controle social, bem como de resistência, remetem diretamente a uma disposição territorial (GOMES, 2002). Assim, cada grupo étnico qualifica o seu território por meio de uma solidariedade advinda da construção de uma identidade coletiva, que é o que se denomina de “genoespaço”¹⁰. Por sua vez, o compromisso social torna-se não apenas um produto de leis e regras formais, e sim de normas e valores que fazem parte de um forte sentimento de inclusão ao grupo.

Há, diante desses pressupostos, uma ligação inextricável entre a conformação de uma territorialidade com a definição de Barth (1998) para a etnicidade:

A etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciados. (BARTH apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 141)

Seguindo a definição de Barth, existem quatro questões fundamentais nessa sua teoria da etnicidade: a atribuição categorial pela qual os grupos se identificam e são identificados

pelos outros; a questão da demarcação das fronteiras étnicas; o problema da origem comum e suas consequências; e, finalmente, o que o autor denomina de realce a partir do qual os traços étnicos são destacados pela interação social.

A atribuição categorial refere-se a uma relação dialética entre definições endógenas e exógenas que transforma a etnicidade em um processo sempre sujeito à recomposição. Isso significa que a ideia de pertença a um grupo étnico não se traduz apenas pelo auto-reconhecimento de sua identidade, mas envolve qualificações impostas na interação com os outros. Em consequência, os critérios e os índices de semelhanças e de diferenciação são ambíguos e, por vezes, discriminatórios.

Nas situações de disputa de poder frequentemente existem desníveis entre auto-atribuição de uma identidade étnica em relação a uma apreciação, quase sempre depreciativa, que os outros lhe conferem (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 148). Diante disso, a noção de etnicidade denota também as relações de força na qual determinado grupo étnico busca fortalecer a sua própria identificação e, ao mesmo tempo, desqualificar aquela, que é coagida pelos outros para si.

Os grupos étnicos apenas existem diante de duas condições básicas: i) da auto-identificação em alguns padrões comportamentais diferenciados; ii) da interação com uma coletividade maior. Por sua vez, a definição de etnicidade só tem sentido diante de indivíduos que consigam visualizar as fronteiras que os diferenciam do sistema social envolto (BARTH, 2000). Em outras palavras, é na idéia de pertencimento e de inclusão entre os membros e de exclusão dos

não membros, e não em um inventário indutivo de costumes, hábitos e símbolos internos, que se assinala esta noção.

A fronteira torna-se uma categoria chave para compreensão dessa perspectiva, não no sentido de constrangimentos e de barreiras físicas, mas como uma forma de afirmação de sua etnicidade através dos contrastes sociais (BARTH, 2000). Para o autor citado, os grupos étnicos apenas se mobilizam com referência a uma alteridade; e, por extensão, a fronteira étnica implica sempre em uma estratégia de delimitação de hábitos e de significados de sua identidade em contraposição aos outros.

Já a ideia de origem comum parte da premissa de que a identidade advém de uma memória coletiva, que designadamente é mais usual em grupos de imigrantes que compartilharam símbolos identitários semelhantes. Em contraposição, tal ascendência também serve para fundamentar a separação entre um grupo e seus vizinhos, ou para invocar uma suposta filiação comum para confrontar novos "inimigos" (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.166).

Por último, a noção de saliência ou realce remete às situações nas quais o indivíduo poderá assumir uma ou outra das identidades, incluindo a étnica, que lhe são disponíveis, com objetivos específicos. Porém, essa possibilidade de manipular sua própria identidade étnica – escolher ou não destacá-la diante da sociedade – está atrelada, na acepção de Barth, a um ato racional do indivíduo.

De acordo com Seyfeth (2005), o caráter inovador da percepção "Barthiana" é que a persistência da etnicidade está no auto-reconhecimento de sua diferença e não no conteúdo cultural. Diante disso, a permanência da fronteira étnica independe

das mudanças internas que afetam os traços comportamentais, a linguagem e simbologias desses grupos. Todavia, tal posição também suscitou críticas de diversos autores contemporâneos, sobretudo pelo caráter excessivamente cognitivo dessa perspectiva.

A principal crítica nesse sentido, de acordo com Villar (2004), é que Barth ao insistir na soberania da escolha e da negociação do ator individual como fonte de explicação da etnicidade, colocou aspectos importantes dessa organização social em segundo plano. Pois, ao ignorar as estruturas e os processos sócio-espaciais, a teoria esbarra diante da complexidade das sociedades modernas.

Por isso, Villar (2004) anuncia que a tomada de consciência de sua diferença e a subjetivação dos seus atos e comportamentos sociais precisam ser complementadas também pelas espacialidades e temporalidades existentes, como fatores decisivos para o que o autor denomina de ativação ou não da sua condição étnica. Desse modo, os critérios e os índices de delimitação dessa fronteira, os realces, assim como o próprio grupo étnico, podem mudar de acordo com as circunstâncias estabelecidas pelos diferentes contextos geográficos e históricos.

Isso implicaria em duas dimensões da etnicidade: a cognitiva que parte da percepção subjetiva dos indivíduos sobre os significados de sua situação em contraposição ao outro; e a estrutural que aponta para o espaço social como princípio organizador dessas interações. Com isso, pode-se enfatizar o papel de uma espécie de "territorialidade étnica" entendida como uma ação estratégica de estruturação sócio-espacial, demarcação de fronteiras e de exercício de poder desses grupos étnicos.

De fato, tal concepção aparece com mais

evidência à medida que os movimentos étnicos (migratórios) demonstram o enfraquecimento do universalismo, designadamente em contextos urbanos em que tais identidades são assumidas e delimitadas (GOTTDIENER, 1993). A partir daí, conclui-se que a territorialidade dos grupos étnicos nas cidades serve de base não apenas para a mobilização interna em torno de traços comportamentais semelhantes, mas especialmente de reivindicações políticas, econômicas e culturais. Esse ato se materializaria por meio da apreensão dos seus espaços diferenciais e pelo estabelecimento de normas e estratégias de manutenção de suas fronteiras.

De acordo com Harvey (1992), nas sociedades urbanas isso é efetivado principal e inicialmente através da apropriação do espaço. Como exemplo, o autor chama a atenção para o surgimento de bairros, guetos, quarteirões e *villages* étnicos em cidades como Kourou que, no primeiro momento, parecem territórios anacrônicos e marginalizados, mas que na realidade acabam representando espaços de resistência à alienação.

Trata-se de espaços regidos pelo uso e pela corporeidade das ações humanas; ou nas palavras de Lefebvre (1974), são espaços vividos que denotam as diferenças e a oposição ao cotidiano programado pela composição social hegemônica. Nesse sentido, são lugares em que os grupos étnicos expressam sua identidade diferencial e sua criatividade para usufruir todos os recursos disponíveis em um novo contexto, reproduzindo e construindo sua etnicidade.

Elhajji (2002, p.186) pondera que as estratégias *etno-espaciais* podem se resumir a um bairro, mas também podem ser expressas em outras escalas, como dentro de uma

associação, uma igreja, uma pracinha e, até mesmo, no interior de um carro onde se vive a etnicidade nas suas formas compactas. Para exemplificar, o autor cita o caso dos taxistas latinos dos Estados Unidos, cuja identidade étnica cabe no painel de um táxi.

Quando se possibilita a conquista de territórios existenciais, ou paralelamente a esses territórios, os grupos étnicos recorrem à estratégia de construção de instâncias sintéticas de enunciação e de subjetivação coletiva. A narrativa seletiva e qualitativa dessas instâncias permite a recomposição dos universos de subjetivação do grupo e a sua (re) cristalização enunciativa, através de um reordenamento simbólico-ritualístico do espaço investido. (ELHAJJI, 2002, p. 187).

Guattari (1985) corrobora com esse argumento quando afirma que cada grupo social veicula seu sistema de valores a uma espécie de cartografia feita por meio de demarcações cognitivas e estruturais a partir da qual o grupo define sua territorialidade no espaço. Destarte os símbolos, os ícones e os aspectos culturais são valores muitas vezes invisíveis para os outros, mas que representam um exercício de poder e de defesa de uma diferença adquirida ou em construção.

De outro lado, Elias (1994) revela que quaisquer mudanças subjetivas e concretas nas ações sociais ocorrem em duas direções: a uma maior diferenciação e integração ou a uma menor diferenciação e integração, ou seja, são processos complexos e opostos. Logo, a territorialidade étnica tal qual expressa a luta pela manutenção de uma identidade de grupo, reflete o espaço vivido com as suas múltiplas

representações do/no espaço, inclusive aquela adquirida dentro de uma coletividade maior.

O espaço (vivido) é o anfiteatro das dimensões cognitivas e estruturais que designam a territorialidade dos grupos que o apropriam, não como uma propriedade, mas como manifestação de poder político, social e cultural. A territorialidade étnica, portanto, não é algo estático no tempo e no espaço, mas produto de um processo cotidiano de diálogos e confrontos com os outros; ou nas palavras de Raffestin (1993), implica na compleição de relações mediados, simétricas ou assimétricas com a exterioridade.

A noção de territorialidade reforça a importância das interações sociais que o indivíduo mantém com os lugares¹¹ e itinerários, sendo a expressão dos usos e conteúdos vividos, ou seja, da espacialização de visões de mundo específicas e intersubjetivas face à relação com o espaço dominante (HOLZER, 1997, p.84). Com isso, torna-se possível compreender como determinado grupo étnico organiza e sistematiza a sua identidade, qual é o sistema de valores que os identificam como um grupo diferencial, quais são os atributos que categorizam suas fronteiras e as relações de poder que influenciam suas ações estratégicas e que marcam suas opções e comportamentos em territórios de outrem.

Foucault (1999) acrescenta que a configuração espacial também atua como um substrato material de encontro e desencontros étnicos e de domínio territorial, sobretudo no caso das chamadas *company-towns* por meio da “setorização” das residências e na distribuição desigual dos equipamentos urbanos. Por essa razão, os conflitos de interesses em jogo nesse tipo de cidade-empresa, ainda que pareçam

identitários, em última instância tem um forte sentido de disputa pelo território; logo, a territorialidade étnica nesse contexto deve ser reconhecida, antes de tudo, como uma (re)ação, uma forma de contrapoder.

Destarte, a racionalidade “moderna¹²” da dinâmica urbana de Kourou exigiu das diferenças étnicas uma mobilização territorial. No entanto, Godelier (1984) afirma que a construção de uma territorialidade implica em uma apropriação tanto material como simbólica do espaço. Assim, as redes de articulação e de comunicação entre os diferentes grupos étnicos permitiram uma mobilidade do substrato referencial dos seus territórios étnicos.

As territorialidades são elementos que se alternam e se sobrepõem historicamente por um campo de força feito através das representações humanas sobre o espaço. Géraud (2001) quando estuda a identidade crioula revela que mesmo exercendo uma rejeição consciente em relação à cultura brasileira, os crioulos reproduzem indiretamente alguns hábitos dos brasileiros.

Nessa acepção, a territorialidade torna-se uma importante manifestação humana, condicionando os exercícios de poder e a relação com os outros. Para Santos (1996), o território está sempre em movimento visto que envolve aspectos sociais, culturais e políticos vinculados às identidades étnicas, assim como a influência ideológica sobre determinados indivíduos. Trata-se, enfim, de um espaço apropriado, controlado e vivido por grupos sociais organizados.

A concepção de território, em termos geográficos, é essencialmente a ideia de recorte espacial, mas não qualquer recorte e sim aqueles definidos pelas relações de poder,

operando como um substrato referencial (SOUZA, 1995, p.89), podendo-se definir os territórios étnicos de Kourou não como um simples espaço físico ou tangível, mas como uma espécie de “campo de força” apropriado e/ou controlado por grupos étnicos com um forte sentido de exclusão.

Dessa forma, a renovação constante da configuração territorial da cidade de Kourou traz para o cenário um entrelaçamento de realidades que têm o espaço (urbano) como referência principal. Tal discussão insere-se nas políticas de escala, opondo o global ao local. No caso, configura-se nos confrontos entre os hábitos e costumes “tradicionais” de determinados grupos autóctones e no cosmopolitismo da política do Estado francês.

Portanto, por mais que os valores da sociedade pareçam homogêneos e a paisagem urbana repetitiva, pode-se sempre desvendar quais são as representações dos grupos, como se situam no mundo, como classificam a sociedade e se estabelecem relações e se apropriam de determinados espaços da cidade. Por fim, o entrecruzamento das diferenças pode ser desdobrado em multiterritorialidade, dependendo da correlação de forças e da convivência dessas diversas identidades étnicas no interior do espaço urbano.

OS ESPAÇOS DE DIÁSPORA E SEUS ESTIGMAS

Em Kourou, o espaço de diáspora é um espaço relacional, alimentado pelos laços interpessoais, estigmatização e auto-identificação étnica. Logo, o espaço é efetivamente vivido e que produz conflitos e interações nas práticas cotidianas e nas delimitações de territórios. Evidencia-se,

então, que a relação entre a imigração e a (re) construção de territórios étnicos tem um significado historicamente importante na configuração do espaço.

Com isso, a ideia de memória coletiva torna-se uma peça fundamental dentro da (re) estruturação em um país estrangeiro e traz consigo representações e identidades inscritas por meio de referências de territórios reais ou simbólicos. Para Elhajji (2002, p.179), cada indivíduo teria tendências específicas para representar e conceber as formas espaciais e organizá-las em conformidade com seus territórios existenciais. Em tese, a espacialidade dos imigrantes é produto de um processo de consolidação da identidade de grupo, baseado em redes sociais diversificadas e não hierarquizadas.

É preciso repensar a dinâmica das mudanças social, política e cultural produzidas pela integração dos imigrantes em terras estrangeiras. Diferentemente do que pensa a política “assimilacionista” francesa, o chamado *melting pot* esbarra nas diferenças, nos elementos simbólicos e concretos de grupos “não-assimilados” (SEYFERTH, 2005). Mesmo na segunda ou terceira geração existe uma identificação “associativa” com as culturas de origem, embora não seja a única forma de “pertencimento”.

Desse modo, o imigrante de Kourou não vive apenas o contexto de desterritorialização¹³, busca na recomposição de uma nova referência territorial em terras estrangeiras uma base simbólica de resistência à exclusão sócio-espacial. A força desse tipo de identificação pode criar movimentos de resistência à segregação étnica, política, econômica, religiosa e cultural, por meio de agrupamentos capazes de acionar, de acordo

com as circunstâncias, as múltiplas escalas em que se organiza o espaço geográfico contemporâneo, do local ao global (HAESBAERT, 2005, p.44).

Diante de culturas pós-coloniais¹⁴, como o da Guiana Francesa, a identidade é forjada por meio de um nacionalismo (crioulidade guianesa) claudicante frente a um contexto fragmentado pelas “minorias”. A história dessas antigas possessões é marcada pelas mudanças no poder e as migrações compulsórias que coagiram em todos os sentidos o modo de vida dos povos autóctones e dos imigrantes. No entanto, o processo de aculturação não significou um recrudescimento das diferenças e nem dos conflitos.

É preciso atentar-se também para o funcionamento do processo de “crioulização”, ou seja, como os antigos grupos colonizados selecionaram ou inventaram suas manifestações culturais e simbólicas a partir dos elementos da antiga metrópole, considerando a dificuldade real dessas sociedades em abandonar um sistema de valores ocidental que sempre foi colocado como superior pelos colonizadores.

Isso nos remete a uma dialética entre o universalismo e o respeito às diferenças, na qual as interseções são estabelecidas especificamente através das contradições e interações próprias de Kourou. Com a intensidade das migrações e a modernização do espaço, essa questão tornou-se incontornável. Assim, sem deixar de lado a força de coerção da política de assimilação, é indispensável um “mapeamento” das identidades específicas por meio dos usos e conteúdos do imigrante e da forma como isso é negociado com os outros.

Nesse contexto, o espaço de diáspora em Kourou é uma “tradução” das fortes identidades oriundas da memória coletiva desses imigrantes com a necessidade de negociar em função dos sistemas de valores já estabelecidos na cidade. De acordo com essa visão, o imigrante nesse tipo de sociedade torna-se um “sujeito traduzido” que não é inteiramente assimilado, mas que também não alimenta a ilusão de retorno ao passado, mesmo com os fortes vínculos materiais e simbólicos com a nação de origem.

Isso significa que as identidades estão cada vez mais deslocadas no tempo e no espaço criando novas formas de auto-identificações, mais emaranhadas. Dessa maneira, os tradicionais sinais diacríticos que antes delimitavam as fronteiras territoriais, como a linguagem, vestimentas, ritos e hábitos perderam a força na modernidade. Concomitantemente, a natureza da identidade é cada vez mais “contrastiva” (OLIVEIRA, 2006), ou seja, não é um produto do isolamento, mas se manifesta através da intensificação das interações.

Em Kourou há cenários privilegiados desse tipo de encontros e desencontros de identidades. Nesse intermédio, os moradores acabam sempre construindo identidades múltiplas, uma vez que suas referências pertencem a mundos diferentes e conflituosos, em que suas raízes invariavelmente os ligam a sua memória coletiva e, paradoxalmente, são impelidos a novos diálogos pela necessidade de readaptarem ao novo cotidiano em que vivem (HAESBAERT, 2005, p.49).

Ademais, as diferenças étnicas acabam sendo reveladas pela forte estratificação social. Como explica Thurmes (2006, p.10), o aspecto multiétnico desse tipo de sociedade também é

um fator poderoso de geração de segregação, pois existem aqueles que tiveram negado o seu direito de escolha, pois foram rotulados arbitrariamente pelos outros. Desse modo, existem determinadas identidades que estigmatizam, humilham e discrimina o indivíduo; nesses casos, a luta é pelo repúdio desses estereótipos.

Os ameríndios e os bushinenges, por exemplo, são desde o período colonial grupos apontados como primitivos e como selvagens, o que explicaria a estagnação econômica, política e cultural da Guiana Francesa. Consoante Guyon (2008), os ameríndios foram primeiros a partirem desde o início dos anos 90 para uma política de reversão dessa identidade estigmatizada, através de uma (re) apropriação da categoria ameríndia, tornando-a positiva e agregadora. Mas recentemente, os bushinenges trabalham nessa mesma direção realçando as tradições ancestrais (Africanas).

Uma situação mais abjeta vive aqueles que têm negado o direito de reivindicar uma identidade. O significado dessa “subclasse” é a ausência de identificação, a negação do pertencimento, a abolição da individualidade, a exclusão do espaço discursivo de negociação (BAUMAN, 2005, p.46). Os refugiados e os clandestinos são um dos exemplos mais contundentes de como é possível negar o direito à presença física e simbólica de alguns grupos dentro de um território.

Em Kourou, existe um conjunto considerável de grupos que se encaixam nesse perfil. Os brasileiros “ilegais” são submetidos a atos de violência que podem ser expressos por meio de constrangimentos verbais até aos abusos sexuais antes de serem expulsos (SOARES, 1995). Os refugiados surinamienses, do início dos anos 80, foram impedidos de

trabalhar, estudar ou exercer qualquer atividade em solo urbano (BOUGAREL, 1988). Por sua vez, os haitianos são submetidos à condição de trabalho precário e, quase sempre informal, sem garantias legais.

Trata-se, então, de compreender a articulação entre o universalismo e as particularidades que traz à tona o grande desafio da modernidade que é evitar o recrudescimento de possíveis fragmentações de caráter identitário. De acordo com Léna e Jolivet (2000), mais do que uma tentativa comunitária de se livrar de estigmas, a emergência de particularismos visa ultrapassar determinadas barreiras que dificultam a inserção individual em sociedades cosmopolitas.

Tais discontinuidades põem em dúvida a conformação de uma sociedade local por meio da equivalência entre os grupos étnicos. Mais do que isso, as diferenças nos valores e nos idiomas existentes, entre os grupos étnicos e desses com os outros, indicam a existência de um “mosaico étnico” onde tais grupos coexistem, sem se misturar (CLEAVER, 2006, p. 31). Portanto, a configuração espacial de Kourou seria assinalada pelo pluralismo cultural, social e estrutural¹⁵, consubstanciada por fronteiras étnicas bem delineadas na cidade.

Todavia, a realidade se mostra mais complexa devido ao aumento significativo dos casamentos mistos oficiais ou não entre indivíduos de etnias diferentes. A miscigenação é um processo historicamente inegável da sociedade da Guiana Francesa, e que nos últimos anos vem se ampliando com o crescimento dos movimentos imigratórios. Com isso, o projeto de construção da nação guianesa (crioula) convive de um lado com o

sistema pós-colonial francês¹⁶ e, de outro, com identidades multifacetadas.

Em resumo, o crioulo da Guiana Francesa pode ser distinguido pela oposição aos outros grupos minoritários formados por autóctones (ameríndios e marrons) e de imigrantes em sua volta. Nos dizeres de Jolivet (1990) a tarefa é bastante simples quando se coteja grupos que se autodiferenciam a todo o momento por meio de manifestações sócio-culturais e étnicas na esfera pública e privada; porém, torna-se um desafio quando essas identidades estão em trânsito entre as fronteiras étnicas, como no caso da sociedade crioulo-guianesa.

Nesse contexto, a identidade *créole* na Guiana Francesa é constituída nos interstícios entre o universalismo francês, os elementos da criouldade caribenha, a força poética e política da negritude (raízes africanas), a influência da cultura dos imigrantes e a busca pela (re)valorização dos costumes autóctones. Portanto, conclui Mam Lam Fouck (2002) que essa realidade torna-se um produto de um enraizamento triplo (francesa, sul americana e africana) que são instrumentalizados em razão dos interesses em jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Kourou é uma cidade repleta de símbolos, insígnias e representações espaciais que designam um sistema de sinais, de códigos e de convenções ligado diretamente às identidades étnicas. Desse modo, a língua, a casa, o modo de vida, as manifestações culturais, a organização socioespacial e a mobilização política apresentam significados que são territorialmente reconhecidos dentro do grupo assim como pelos outros.

Sob esse enfoque, as implicações desses

fatores identitários, de auto-identificação coletiva produzem territorialidades específicas que se manifestam na configuração do espaço urbano (ALMEIDA, 2009, p.46). Por outro lado, o processo de interculturação e busca pela afirmação de uma sociedade crioulo-guianense contrapõe-se à etnicidade desses grupos, criando uma constante reconfiguração étnica, estabelecendo novas delimitações de suas fronteiras.

No contexto de Kourou, a imigração continua trazendo efeitos importantes, designadamente na língua, tanto para aumentar o peso de idiomas estrangeiros dentro do conjunto da sociedade urbana, como para o crescimento do “plurilinguismo” no cotidiano dos moradores de Kourou (LÉGLISE, 2008, p.49). Ademais, os autóctones são, em sua maioria, populações não “francofônicas”, o que os leva a um confronto com a língua oficial (francesa).

Para Léglise (2008), isso acarreta uma série de dificuldades de entendimento e um fenômeno cada vez mais presente nesses casos, uma mistura de línguas principalmente entre os jovens. Criando uma alternância de idiomas que se traduz na codificação dos diálogos e no neologismo, que ao mesmo tempo em que indica que esses indivíduos tentam se comunicar com os diversos grupos existentes na cidade demarca um dos elementos que identifica sua diferença em relação ao outro.

As técnicas de construção e as formas habitacionais também é um importante marco entre os grupos étnicos da cidade. A tradicional *Maison créole* é uma das referências emblemáticas do *vieux bourg*. Entre os ameríndios e os marrons, as construções também são tradicionais e muito bem adaptadas ao clima regional, embora a

perenidade seja relativamente curta. Contudo, a imagem do moderno criou uma verdadeira aspiração pelo padrão europeu, cuja assimilação é difundida pelos programas habitacionais.

O modo de vida dos grupos autóctones e de imigrantes de Kourou transita entre hábitos e comportamentos extremamente diferentes, de forma que os valores “metropolitanos” acabam ganhando espaço, levando-nos à certeza – conforme aponta Bianchi (2002) – de que os costumes tradicionais de determinadas etnias na Guiana Francesa estão sofrendo um processo de transformação nos últimos decênios.

NOTAS

ⁱ Este artigo foi elaborado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

ⁱⁱ Geógrafo. Doutorando em desenvolvimento socio-ambiental do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

E-mail: gemaque.charles@gmail.com

¹ A primeira grande fase de imigração espontânea para a Guiana Francesa ocorreu no período de 1855 até 1945 com o fenômeno da *orpaillage* (Garimpagem de ouro).

² A situação legal na Guiana Francesa indica que 98 % das terras são de propriedade do Estado francês desde o período colonial, algo que foge dos procedimentos usuais do direito francês (AUPOINT, 2006).

³ Trata-se da única área urbana no mundo onde existe um regimento da Legião Estrangeira (3 REI) implantado com objetivo de fortalecer a

segurança do centro espacial.

⁴ A configuração espacial dessas áreas é marcada por símbolos e objetos modernos como fontes, praças e imóveis que buscam individualizar Kourou. É bom lembrar que a cidade é a que mais concentra metropolitanos (brancos) na Guiana Francesa.

⁵ Na verdade esse loteamento abriga várias etnias Bushinenges vindas do Maroni; porém, os Saramakas foram os primeiros e são os mais numerosos. Estes vieram para trabalhar no canteiro de obras e começaram uma ocupação espontânea. Mais tarde, o CSG concedeu um terreno de três hectares às proximidades do mangue.

⁶ Os ameríndios não possuíam título de terras e, muitas vezes, nem a cidadania francesa, mas são enquadrados como populações que tiram a sua subsistência da natureza e que, portanto, detêm o direito dominial dessas terras.

⁷ Lefebvre (1974) diferencia a ideia de apropriação do espaço de propriedade do espaço, resumidamente podemos inferir que apropriação é quando o valor de uso prevalece existe uma afeição entre o indivíduo e o seu espaço, e a propriedade da ideia de posse, de troca, de mercadoria, enfim, é um dos fundamentos do capitalismo.

⁸ Kourou é uma cidade onde predomina os Homens (militares), com isso a prostituição é relativamente bastante desenvolvida em determinadas áreas urbanas, criando uma nova ruptura entre a cidade oficial e a cidade clandestina.

⁹ Segundo Deleuze e Guatarri (1996), o poder só se revela em uma realidade “territorializada”, ou seja, o poder precisa de uma unidade de identificação, organização e de limitação de campo ação.

¹⁰ Para Gomes (2002), o Genoespaço é delimitado por fronteiras muito instáveis e sua dimensão territorial depende da extensão de aspectos identitários do grupo, como o idioma, as práticas culturais, a religião etc Baseia-se fortemente nos tradicionalismos e, na maioria das vezes, o grupo se sente ameaçado por elementos externos, sendo que se utiliza de lendas, mitos e de todo um aparato ideológico para a manutenção do território. Daí a forte presença de signos.

¹¹ Holzer indica com isso que é preciso buscar a essência e não apenas o produto dessas identidades territoriais. Para isso, a utilização da palavra lugar denota a ideia de uso, de vivências e de apropriação do espaço; o que, para a autora, é o estímulo principal para a constituição da territorialidade urbana.

¹² É nítida a preocupação em criar em Kourou, e nesses bairros metropolitanos especificamente, uma imagem de uma cidade européia (moderna) que simbolize o sucesso e do poder do Centro Espacial Guianês, além de criar um ambiente que amenize a distância do lugar de origem.

¹³ Conceito originalmente de cunho filosófico criado por Gilles Deleuze e Félix Guatarri em 1972. Na Geografia cultural, designa-se a ideia de perda de sentido e de valor como espaços aglutinadores de identidades, à medida que as pessoas não se identificam mais com o lugar

em que vivem ou se identificam com vários deles ao mesmo tempo e podem mudar de referência com relativa facilidade (HAESBAERT, 2005, p.131)

¹⁴ A definição de pós-colonial expressa à ideia de ir além do colonialismo, ou seja, as realidades dessas sociedades são repletas de descontinuidades, de identidades múltiplas, de desigualdades que não podem ser traduzidas apenas pelo fato de terem sido antigas colônias (BLANCHARD; BANCEL, 2005).

¹⁵ Cleaver (2006, p. 32) define o pluralismo cultural como aquele se manifesta na esfera privada e diz respeito à diversidade nos traços culturais, enquanto o pluralismo social se refere aos grupos que se apresentam como segmentos de uma mesma sociedade e explicitado no âmbito público. Por fim, o pluralismo estrutural é quando as diferenças culturais e sociais são legitimadas por uma pluralidade jurídica e política.

¹⁶ Baseado na ideia de hegemonia e no universalismo da cultura francesa, os crioulos da Guiana Francesa buscam se livrar desse estigma pós-colonial, ainda muito reproduzido pelos metropolitanos e caribenhos, no entanto utilizando a mesma ideologia, ou seja, estigmatizando e reivindicado uma superioridade étnico-cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A nova fisionomia étnica das cidades amazônicas. In: Marin, Rosa E. Acevedo; ALMEIDA, Alfredo Wagner B (Orgs). *Terra urbana e territórios na*

Pan-Amazônia III Fórum social amazônico. Manaus: Projeto nova cartografia social da Amazônia (PPGAS-UFAM/Fundação Ford/NCSA-UEA), 2009. pp. 45-69.

AROUCK, Ronaldo de Camargo. *Brasileiros na Guiana Francesa. Fronteiras e construções de alteridades*. Belém: NAEA/UFPA, 2002. 223p.

BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Conta capa livraria, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 2005. 110p.

BIANCHI, Jeanne. Modes de vie traditionnels et modernisme dans l'habitat em Guyane. *Atelier de Sociologie*. Octobre 2002.

BLANCHARD, P; BANCEL, N. *Culture post-colonial 1961-2006. Traces et mémoires coloniales em France*. Paris : Autrement, 2005. 287p.

BOUGAREL, Sophie. Les réfugiés surinamiens en Guyane. *Les Cahiers d'outre-mer*, Bordeaux, Octobre 1988. pp.43-50.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Vozes, 1995. 328p.

CALMONT, André. Trajets socio-identitaires chez les jeunes issus de la migration haitienne en Guyane. *Cuadernos interculturales*, año 5, n 9, 2007, pp. 9-27.

CLEAVER Ana Julieta Teodoro. "Ni vue ni connue": a construção da nação na Guiana francesa. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília, 2003.

ELHAJJI, Mohammed. Memória coletiva e espacialidade étnica. *Galaxia*, n4: 177-191, 2002.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GÉRAUD, Marie-Odile. Destination Amazonie. Le modele brésilien dans la société guyanaise. *Revue électronique du Cerce (Centre d'études et de recherches comparatives en ethnologie) n 2*, printemps 2001. Disponível em: <http://alor.univ-montp3.fr/cerce/revue.htm>. Acesso: 15 de setembro de 2006.

GODELIER, Maurice. A parte ideal do real. In: GODELIER, Maurice. *Antropologia*. São Paulo: Ática, 1981. p. 185-203.

GOMES, Paulo Cesar da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304 p.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993. 310p.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação dos territórios na cidade. *Espaço e Debate*, n° 16: 109-120, São Paulo, 1985.

GUYON, Stéphanie. *Amérindiens et Noirs-marrons en Guyane Française. Les conditions sociales de retournement du stigmaté*. Disponível em: http://www.unil.ch/webdav/site/iepi/users/cplatel/public/atelier_4/Guyon.pdf. Acesso: outubro de 2008.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: POVOA NETO, H; FERREIRA, A. *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Ed Ravan, 2005. p.35-46.

HARVEY, David. *A condição pos-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992. 382p.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, jul. / dez. 1997.

JOLIVET, Marie-José. *La question créole. Essai de sociologie sur la Guyane Française*. Paris : Centre ORSTOM, 1990. 495p.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l' espace*. Paris : Anthropos, 1974. 485p.

LEGLISE, Isabelle. Plurilinguisme et migrations en Guyane. *Cahiers de l'observatoire des pratiques linguistiques*, 2, Plurilinguisme et migrations, Presses Universitaire d'Orleans, 2008.

LENA, Philippe & JOLIVET, Marie-José. Des territoires aux identités. *Autrepart* (14) : 5-16, 2000.

LÉZY, Emanuel. *Guyane, Guyanes: Une géographie « sauvage » de l'Orénoque à l'Amazonie*. Paris : Belin, 1989. 347p.

MAM LAM FOUCK, Serge. *Histoire générale de La Guyane française*. Guyane : Ibis Rouge, 2002. 220p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade. Ensaio sobre a etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Ed Unesp, 2006. 256p.

POUTIGNAT, Philippe ; STREIFF-FENAT, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. Apêndice: Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do*

poder. São Paulo: Ed. Atica, 1993.

SACK, Robert. *Human territoriality*. Cambridge: Cambridge press, 1974.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996. 132p.

SEYFETH, G. Imigração e (re) construção de identidades étnicas. In: POVOA NETO, H; FERREIRA, A.P. *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama de estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 17-34.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. *Travessia: Análise de uma situação de passagem de passagem entre Oiapoque e Guiana francesa*. Dissertação (Mestrado de Geografia humana) USP, São Paulo, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

THURMES, Marion. *Les métropolitains em Guyane: une intégration sociale entre individu et groupe culturel*. Thèse (Doctorat de Sociologie). Université III. Montpellier, 2006.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "eticidade" na obra de Frederick Barth. *MANA* 10(1): 165-192, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.